

Gregori diz que denúncias devem ser apuradas

ILIMAR FRANCO E
FABIANO LANA *

BRASÍLIA – O Secretário de Direitos Humanos, José Gregori, disse ontem que as revelações feitas pelo ex-capitão Dalton Roberto de Melo Franco, publicadas ontem no **JORNAL DO BRASIL**, devem ser apuradas. "Se esta denúncia for comprovada houve um crime que não está prescrito nem está contemplado pela Lei da Anista", disse o secretário dos Direitos Humanos. Em entrevista ao **JB**, o ex-capitão Dalton, que serviu por mais de dez anos no Primeiro Batalhão de Forças Especiais, no Rio, denunciou que recebeu ordens de seu comandante à época, o coronel Álvaro Pinheiro, para que explodisse o monumento erguido em homenagem aos trabalhadores mortos na invasão do Exército à Companhia Siderúrgica Nacional.

Já o chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, pediu ontem que o passado seja esquecido e que os brasileiros voltem sua atenção para o futuro. "Seria muito importante para a própria democracia nós virarmos esta página de uma vez por todas. Como o presidente Fernando Henrique disse, não olhar para o retrovisor e tocar para a frente", disse o general Cardoso.

O chefe da Casa Militar fez questão de ressaltar que suas declarações eram de caráter pessoal. "Minhas opiniões não são da presidência da República e nem do Ministério do Exército", disse. Alberto Cardoso sugeriu que as acusações do ex-capitão devem ser en-

caradas com cautela, pois foram feitas por um oficial que foi punido depois de responder a um inquérito militar bastante rigoroso.

Em 1996, o capitão Dalton foi submetido a Conselho de Justificação no Superior Tribunal Militar, em Brasília, e foi considerado "incompatível" para o oficialato, perdendo o posto e a patente. No Rio, Dalton responde a processo na 4ª Auditoria de Justiça Militar. O ex-capitão é acusado de, em 1991, ter furtado 7.500 cartuchos de balas de diversos calibres de um dos pátios do Batalhão de Forças Especiais. A principal testemunha de acusação é o hoje general Álvaro Pinheiro.

A presidência da República não quis comentar a denúncia de que soldados do Primeiro Batalhão de Forças Especiais do Rio de Janeiro teriam explodido, em 1989, o Monumento ao Trabalhador, em Volta Redonda. O ministro extraordinário da Defesa, Elcio Álvares, também não quis se manifestar, alegando que o tema era assunto do Ministério do Exército.

"Sou ministro extraordinário e estou fazendo a transição para a criação do Ministério da Defesa. O ministro do Exército ainda é o responsável por este tipo de assunto", disse Elcio Álvares.

O Ministério do Exército somente vai se pronunciar sobre o assunto hoje. Um oficial do exército disse ontem que as denúncias da explosão do monumento já devem ter sido apuradas internamente no momento em que foram feitas, durante o julgamento do ex-capitão Dalton Roberto de Melo Franco. As de-

Arnaldo Schulz - 11/3/97



José Gregori: "crime não está prescrito"

núncias de Dalton foram feitas pela primeira vez em interrogatório na 4ª Auditoria Militar, há quatro meses, no início de dezembro do ano passado.

O oficial ressaltou, porém, que se esta investigação não ocorreu, e as denúncias contiverem fatos novos e relevantes, as autoridades responsáveis deverão tomar providências para investigar.